



Lai Ching-Te venceu as eleições, com pouco mais de 40% dos votos, mas, apesar do inédito terceiro mandato consecutivo, o seu DPP perdeu dez deputados e a maioria parlamentar

TAIWAN

Favorito vence eleições mas não tem garantida a governabilidade

O candidato soberanista, Lai Ching-Te, venceu as presidenciais em Taiwan, irritando Pequim, mas perdeu a maioria parlamentar e poderá ver a ação governativa limitada pela oposição. O *statu quo* mantém-se e todos esperam agora o resultado das eleições norte-americanas

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

A China reagiu à vitória do soberanista Lai Ching-Te nas presidenciais de Taiwan com palavras, primeiro, a asseverar que o resultado não altera o princípio da unidade territorial chinesa e para criticar os países que felicitaram o vencedor, mas, depois, encetou mais uma ofensiva diplomática

junto dos apoiantes de Taipé, com resultados, e voltou a realizar exercícios militares em redor da ilha. Na frente diplomática, a ação chinesa levou a pequena ilha de Nauru, na Micronésia, Pacífico Sul, a renegar Taipé para se aproximar de Pequim, reduzindo-se para 11 os Estados da Organização das Nações Unidas, a que se junta o Vaticano, que mantém relações diplomáticas com Taiwan. No ano passado, tinham sido as Honduuras a ceder à pressão.

“É claro, para mim, que o DPP aprendeu com o caso da guerra na Ucrânia a gerir o *timing* político e que não se lançará em desafios a Pequim antes de 2025”, diz Tiago André Lopes

No terreno, na quarta-feira, o Ministério da Defesa de Taiwan registou a atividade de 24 aviões militares chineses. 11 dos quais cruzaram a linha média do estreito de Taiwan ou entraram na zona de identificação de defesa aérea da ilha, e cinco navios da marinha, nos maiores exercícios militares do Exército de Libertação Popular desde novembro.

Lai Ching-Te, até agora vice-presidente de Taiwan, foi o mais votado nas eleições presidenciais do último fim de semana, e o seu Partido Democrático Progressista (DPP, na sigla em inglês) conquistou um inédito terceiro mandato, irritando Pequim. Apesar de nenhum dos candidatos defender abertamente uma alteração do *statu quo* – em que Taiwan não é independente, mas também não é integrada –, a China encara o DPP como um perigo e, desde a eleição de Tsai Ing-wen para a presidência, em 2016, cortou praticamente comunicações com Taipé, procurou restringir relações comerciais, enviou esforços diplomáticos junto dos apoiantes da ilha e aumentou a pressão militar, também em resposta a um mais visível apoio dos Estados Unidos da América (EUA).

No entanto, mesmo vencendo as eleições, a posição do DPP deteriorou-se, porque perdeu a maioria no parlamento.

“As eleições gerais em Taiwan tinham o propósito de definir o rumo político da ilha para os próximos anos: manter a rota de confrontação com Pequim da presidente Tsai Ing-wen ou voltar ao colaboracionismo do presidente Ma Ying-jeou. Os eleitores escolheram ambos os projetos”, diz ao NOVO Tiago André Lopes, professor de Diplomacia e Relações Internacionais da Portucalense.

Lai Ching-Te assegurou a presidência mas, no parlamento, o Kuomintang (KMT) passou a ser o partido mais representativo, com 52 deputados eleitos, mais 14 do que tinha na anterior legislatura, enquanto o DPP perdeu dez, conquistando 51 mandatos, quando a maioria se faz com 57 votos. O Partido do Povo de Taiwan (TPP, na sigla em inglês) ficou com mais três deputados, totalizando oito, e dois outros foram eleitos como independentes. “Os 60 parlamentares do KMT e do TPP podem paralisar a produção de legislação”, alerta Tiago André Lopes.

O primeiro teste para a governabilidade de Taiwan será a eleição do presidente do parlamento, no próximo mês, que medirá a capacidade de o KMT forjar entendimentos com o TPP ou de o governo conseguir encontrar uma base de apoio parlamentar. “Pequim pode ter falhado o intento de ter um presidente mais colaborante, mas pode vir a conseguir transformar o parlamento de Taiwan num cavalo de Tróia da causa independentista”, considera Lopes.

Na reação às eleições, Pequim sublinhou a inevitabilidade histórica de Taiwan regressar à China, e, do outro lado, os EUA, numa resposta a dois tempos, tiveram o presidente, Joe Biden, a garantir que Washington não apoia a independência de Taiwan, e o secretário de Estado, Antony Blinken, a dar os parabéns a Lai pela vitória, o que motivou críticas chinesas, mas mantiveram-se as posições relativas. “Os EUA louvaram o escrutínio pela transparência e pelo resultado, mas relembraram que Washington pretende normalizar relações com Pequim e, para isso, é essencial que Taipé não se lance em aventuras políticas”, diz o professor da Universidade Portucalense.

“O que também é claro, para mim, é que o partido DPP aprendeu com o caso da guerra na Ucrânia a gerir o *timing* político e que não se lançará em desafios a Pequim antes de 2025, para que seja claro quem é o residente na Casa Branca e que importância terá Taiwan na sua agenda externa”, aponta.